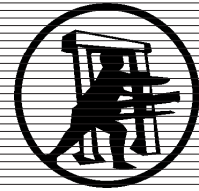




ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL



PODER EXECUTIVO

ANO CXIV Nº 204 SÃO LUÍS, QUARTA-FEIRA, 04 DE NOVEMBRO DE 2020 EDIÇÃO DE HOJE: 72 PÁGINAS

SUMÁRIO

Poder Executivo	01
Casa Civil.....	06
Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores.....	14
Secretaria de Estado da Fazenda.....	20
Secretaria de Estado da Saúde.....	21
Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Energia.....	25
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação	26
Secretaria de Estado da Agricultura Familiar	35
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social.....	36
Secretaria de Estado da Educação	36
Secretaria de Estado da Segurança Pública	55
Secretaria de Estado de Administração Penitenciária	59
Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular...70	

Esta edição publica em Suplemento o Edital nº 05/2020 - GRUEMA da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA.

Assinado de forma digital por
TEREZA RAQUEL BRITO BEZERRA
FIALHO:45215170304

PODER EXECUTIVO

LEI COMPLEMENTAR Nº 226, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2020.

Altera a Lei Complementar nº 130, de 29 de dezembro de 2009, para criação da renda mínima das serventias extrajudiciais com atribuições de Registro Civil das Pessoas Naturais e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O § 2º do art. 11 da Lei Complementar nº 130, de 29 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11 (...)

(...)

§ 2º Serão também ressarcidos o processo de habilitação de casamento, os registros de casamento e sua primeira certidão para os reconhecidamente pobres, assim como as demais certidões do re-

gistro de casamento, de nascimento e de óbito, bem como o procedimento administrativo de registro tardio, e os atos requisitados por autoridade judicial, Defensoria Pública, Ministério Público, pelo Programa Começar de Novo e pelo projeto Casamentos Comunitários do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

(...)” (NR)

Art. 2º Ficam acrescentados os §§ 7º e 8º ao art. 11 e os §§ 3º, 4º e 5º ao art. 12, ambos da Lei Complementar nº 130, de 29 de dezembro de 2009, com a seguinte redação:

“Art. 11 (...)

(...)

§ 7º Por resolução, o Tribunal de Justiça poderá incluir novos atos de registro civil de pessoas naturais a serem compensados pelo FERC, após estudo de impacto financeiro no Fundo.

§ 8º Se os valores arrecadados pelo FERC, dentro do mês de referência, revelarem-se insuficientes para a compensação aos oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais, os pagamentos serão efetuados mediante rateio, proporcionalmente às disponibilidades naquele mês, vedado o ressarcimento dessa diferença em período posterior a três meses.

Art. 12 (...)

(...)

§ 3º Para comprovação da realização do projeto Casamentos Comunitários, o registrador deverá encaminhar a portaria que autorizou a sua realização.

§ 4º Somente serão considerados para fins do cálculo de que trata o *caput* do art. 11 desta Lei, os atos gratuitos devidamente informados e cujos comprovantes tenham sido protocolizados/cadastrados do primeiro ao último dia de cada mês, através de sistema informatizado do Tribunal de Justiça.

§ 5º Para receberem a compensação referida no § 1º do art. 11 desta Lei, os registradores civis de pessoas naturais informarão o ato gratuito através de sistema informatizado do Tribunal de Justiça, até o primeiro dia útil da semana subsequente a data da prática do ato; findo este prazo, não havendo lançamento das informações no sistema, os atos não serão compensados.”

Art. 3º Fica acrescentado o art. 12-A à Lei Complementar nº 130, de 29 de dezembro de 2009, com a seguinte redação:

“Art. 12-A. Fica instituída a complementação da renda mínima mensal para os delegatários que praticarem atos do Registro Civil das Pessoas Naturais e não alcançarem como renda bruta mensal o valor da renda mínima estabelecida por resolução do Tribunal de Justiça.

§ 1º A renda mínima será paga ao delegatário titular ou interino em exercício na serventia de Registro Civil de Pessoas Naturais como complemento da receita da serventia a fim de que atinja o valor da renda mínima mensal.

§ 2º Entende-se como renda bruta mensal da serventia, o somatório das receitas com emolumentos inclusive os decorrentes das demais atribuições da serventia, se houver, mais o valor da compensação dos atos gratuitos creditados no mês pelo FERJ.

§ 3º O valor da renda mínima mensal poderá ser atualizado monetariamente, anualmente, por ocasião da atualização da Tabela de Custas e Emolumentos, tendo por base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, bem como poderá ser fixado um novo valor nominal da renda mínima mensal, de acordo com estudo específico do FERJ, ambos através de resolução do Tribunal de Justiça.

§ 4º Quando houver cumulação de titularidade com interinidade, o delegatário fará jus somente ao repasse de 50% (cinquenta por cento) do valor da complementação da renda mínima mensal na serventia da interinidade.

§ 5º O delegatário beneficiário que adulterar, suprimir, omitir ou praticar qualquer ato que possa influenciar no enquadramento da renda mínima estará sujeito à devolução em dobro do valor recebido indevidamente, além de abertura de processo administrativo disciplinar para perda da delegação.

§ 6º A Diretoria do FERJ repassará aos delegatários com função do Registro Civil de Pessoas Naturais o valor correspondente a renda mínima até o último dia do mês subsequente.

§ 7º A renda mínima mensal destinada aos delegatários que praticarem atos do Registro Civil das Pessoas Naturais será regulamentada por resolução do Tribunal de Justiça, inclusive com a fixação do seu valor.

§ 8º Quando compensados os atos de Registro Civil de Pessoas Naturais gratuitos e for constatado que os valores destinados à complementação da renda mínima são insuficientes, os pagamentos serão efetuados mediante rateio, proporcionalmente às disponibilidades do FERJ naquele mês, sendo vedado o ressarcimento dessa diferença em meses posteriores.

§ 9º Para ter direito ao recebimento da complementação da renda mínima o delegatário deverá:

I - estar adimplente com o recolhimento dos emolumentos e demais obrigações junto ao Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário - FERJ;

II - estar sem pendência com a prestação de contas de selo;

III - estar regular com o envio da prestação de contas da serventia, nos casos de interinidade ou intervenção;

IV - estar regular com a escrituração do livro caixa nos termos dos provimentos da Corregedoria Geral da Justiça e orientações normativas devidas, bem como aos demais atos normativos atinentes à matéria;

V - estar adimplente com os pagamentos referentes às auditorias de fiscalização;

VI - não ter sofrido condenação com aplicação de penalidade transitada em julgado até que seja cancelado o respectivo registro, através de processo administrativo disciplinar.”

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei Complementar pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 4 DE NOVEMBRO DE 2020, 199º DA INDEPENDÊNCIA E 132º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO

Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

DECRETO Nº 36.311 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2020.

Abre ao Orçamento do Estado, em favor de Diversas Unidades Orçamentárias, crédito suplementar no valor de R\$ 28.708.454,00 (vinte e oito milhões, setecentos e oito mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida no inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.1964; arts. 35 e 42 da Lei Estadual nº 11.077 de 19.07.2019; incisos: III do art. 5º e, I e III do art. 9º da Lei Estadual nº 11.205 de 31.12.2019; e, parágrafo único do art. 17 do Decreto Estadual nº 35.585 de 29.01.2020,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento do Estado, em favor de Diversas Unidades Orçamentárias, crédito suplementar no valor de R\$ 28.708.454,00 (vinte e oito milhões, setecentos e oito mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais), para atender a programação constante do Anexo II.

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 28.708.454,00 (vinte e oito milhões, setecentos e oito mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais), conforme indicado no Anexo I.